



**INSTITUTO
FEDERAL**
Ceará

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ**

**IFCE *CAMPUS* CRATEÚS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

BRUNA THALYTA MARTINS BEZERRA

**A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICALISTA DO MAGISTÉRIO PARA
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DOS DOCENTES DO MUNICÍPIO DE
CRATEÚS**

CRATEÚS

2024

BRUNA THALYTA MARTINS BEZERRA

A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICALISTA DO MAGISTÉRIO PARA
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DOS DOCENTES DO MUNICÍPIO DE
CRATEÚS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus* Crateús, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Profa. Mestra Adriana Calaça Paiva Franca.

CRATEÚS

2024

**A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICALISTA DO MAGISTÉRIO PARA
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DOS DOCENTES DO MUNICÍPIO DE
CRATEÚS**

**THE ACTIVITY OF THE TEACHING UNION MOVEMENT TO FORM
THE POLITICAL IDENTITY OF TEACHERS IN THE MUNICIPALITY OF
CRATEÚS**

¹Bruna Thalyta Martins Bezerra

²Adriana Calaca de Paiva Franca

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade verificar a atuação do movimento sindicalista do magistério na formação da identidade política dos docentes da rede pública municipal de Crateús. Desta forma, este trabalho tem como objetivos conhecer a estruturação do movimento sindical do magistério municipal de Crateús, compreender a relação que se estabelece entre a formação da identidade política dos docentes e sua atuação no movimento sindical dos professores da rede municipal, bem como verificar as principais conquistas realizadas pelo referido Sindicato. Dentro desta proposta, a metodologia utilizada neste artigo exigiu um levantamento bibliográfico que abordasse cientificamente as categorias de análise do estudo. Nesta perspectiva, as contribuições de Souza (2008), Giroux (1996), Freire (1967), Pimenta (1997), Santos (1987) de suma importância. Para além destas incumbências, houve ainda a necessidade de estudar documentos que fundam e regem a entidade sindical, o que caracteriza a pesquisa, também, como documental, carecendo a incursão a campo para escutar as falas dos (as) sujeitos (as) que atuam no movimento sindical, representando o recorte legítimo da realidade pesquisada. O desenvolvimento da entrevista semiestruturada possibilitou o levantamento de perguntas prévias para serem discutidas durante o grupo focal,

¹ Concludente do curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *Campus* Crateús. *E-mail*: bruna.thalyta.martins08@aluno.ifce.edu.br

² Professora Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *Campus* Crateús, Mestra em Educação e Ensino. *E-mail*: adriana.calaca@ifce.edu.br.

o que foi feito em reunião própria, no dia 03 de junho de 2024. Todos os participantes, que somam número de dez entrevistados (as), são integrantes da diretoria e dos (as) representantes de base/polo que conduzem o Sindicato. Os resultados demonstraram que o Sindicato dos Professores da rede municipal possui caráter fundamental na formação da identidade política dos docentes por meio dos movimentos sociais, que também agem como ferramenta formadora. A Estruturação do Sindicato está fundada em princípios que buscam a emancipação e acesso aos direitos, desde o seu Estatuto e como este funciona na prática, sendo um coletivo de raízes democráticas que segue a linha Freiriana. Além disso, durante os 22 anos de atuação, o órgão em questão contribuiu em várias ações políticas no município, dentro e fora das escolas, sendo uma referência de resistência da Educação Crateuense, além de uma grande fonte de inspiração para a abertura de caminhos para atuais e futuros docentes.

Palavras-chave: Movimento Sindical dos Professores Municipais de Crateús. Identidade Política. Geografia.

ABSTRACT

The purpose of this article is to verify the role of the teaching union movement in the formation of the political identity of teachers in the municipal public network of Crateús. In this way, our objectives are to know the structure of the union movement in the municipal teaching profession of Crateús, to understand the relationship that is established between the formation of the political identity of teachers and their performance in the union movement of teachers in the municipal network, as well as to verify the main achievements made by the aforementioned Union. Thus, the methodology used in this article required us to carry out a proper bibliographical survey that scientifically addressed the study's analysis categories. We used the contributions of Souza (2008), Giroux (1996), Freire (1967), Pimenta (1997), Santos (1987), among others. Furthermore, we need to study documents that found and govern the union entity, which also characterizes the research as documentary, requiring an excursion into the field to listen to the speeches of the subjects who work in the union movement, representing the legitimate section of the researched reality. The development of the semi-structured interview made it possible to raise previous questions to be discussed during the focus group, held in a separate meeting, on 03 of June 2024. All participants, totaling ten interviewees, are members of the board and base/pole representatives who lead the Union. The results demonstrated that the Teachers' Union of the municipal network has a

fundamental character in the formation of the political identity of teachers, through social movements, which also acts as a training tool. And that the Structuring of the Union is based on principles that seek emancipation and access to rights, from its Statute, and how it works in practice, being a collective with democratic roots and that follows the Freirean line. Furthermore, during the 22 years of operation, the body in question contributed to several political actions in the municipality, inside and outside schools. In addition to being a reference of resistance in Crateuense Education, they continue to be inspirations and paving the way for current and future teachers.

Keywords: Crateús Municipal Teachers' Union Movement. Political Identity. Geography.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “A atuação do movimento sindical do magistério na formação da identidade política dos docentes do município de Crateús”, tem a pretensão de responder os seguintes objetivos específicos, sendo eles: Conhecer como a estruturação do Sindicato dos professores municipais de Crateús se apresenta; Compreender a formação da identidade política desses docentes através do movimento sindical; Analisar as conquistas alcançadas pelo Sindicato dos professores municipais através do movimento sindicalista.

O interesse na construção desta pesquisa surge de um contato prévio com o movimento sindical da rede de ensino municipal durante o Ensino Fundamental II da autora e, posteriormente, durante o período de faculdade, havendo um interesse ainda mais significativo pela causa, proporcional a visão crítica e política da profissão. Como futura docente, o interesse por compreender a luta da educação presente na cidade de origem da autora é essencial para compreender os desafios que serão enfrentados, bem como os que já foram superados, pois, ao conhecer as raízes educacionais municipais é possível fazer uma educação diferente, ao reconhecendo os próprios déficits e as próprias forças.

Frente a esta breve contextualização, é necessário enfatizar que o presente artigo tem como justificativa demonstrar a relevância da temática no processo formativo docente das licenciaturas ao apresentar a atuação do Sindicato dos Professores Municipais Crateuenses na formação identitária política de atuais e futuros docentes presente no âmbito da educação, bem como na construção cívica e social atrelada aos movimentos sociais organizados pelo sindicato dos professores, tais como o reconhecimento e valorização da classe.

As metodologias utilizadas neste trabalho se deram por meio de uma pesquisa qualitativa. Dentro desta proposta, segundo Flick (2009, p. 23), “A pesquisa qualitativa leva em consideração que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados”

Desta forma, abordar os eixos temáticos propostos na presente pesquisa foi indispensável. A princípio, foi feita a devida revisão de literatura que constitui a pesquisa bibliográfica, consistindo na análise de textos, artigos e referenciais teóricos que estruturam a pesquisa em questão.

Outro método utilizado foi a pesquisa documental para entender a estrutura da entidade sindical. Aqui foram utilizados documentos fundadores e norteadores do Sindicato, como seu Estatuto. Além disso, foram ouvidos os sujeitos e as sujeitas que compõem o movimento, levando a utilizar como procedimento de coleta de dados a entrevista, que tem por objetivo:

[...] dar sentido ao conteúdo do mosaico de categorias ou indexadores no interior dos quais estão agrupadas as unidades de significação, tendo como referência os objetivos da pesquisa e o contexto em que os depoimentos foram colhidos (DUARTE, 2004, p. 221).

As entrevistas ocorreram na sede do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, sendo necessário ir *in loco* para a coleta dos depoimentos, o que ocorreu durante o mês de julho de 2024, na forma de entrevista semiestruturada, classificação que pode ser entendida como algo que, de acordo com Manzini (1990, p. 154), “está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

O método de Grupo Focal Barbour (2009) pode ser entendido como qualquer discussão realizada em grupo, desde que o pesquisador esteja atento, encorajando as interações do grupo. De tal forma, os grupos focais são mais usados na fase exploratória desta pesquisa que contou com a participação de 10 associados que fazem parte da composição dos representantes de base.

Desta maneira, para o levantamento dos depoimentos, por meio de entrevistas com os representantes de base do Sindicato dos professores municipais, foi indispensável ir a campo, em um encontro realizado no dia 3 de junho de 2024, na sede localizada próximo ao Teatro Rosa Morais, na Praça Gentil Cardoso.

Mas antes disso, foi fundamental buscar documentos que estruturam e orientam a instituição. A autora conversou com o presidente da entidade e foi muito bem recebida por

todos, que compreendem no estudo científico a devida importância de sistematizar dados e registrar uma história.

Ao chegar a sede, houve uma acolhida com café da manhã juntamente aos associados e um diálogo sobre do que se tratava a pesquisa, quais os seus objetivos e qual a importância de trazer o sindicalismo como objeto de pesquisa. Após esse momento, os indivíduos presentes, fizeram uma breve apresentação, socializando seus nomes, há quanto tempo integravam a base sindicalista e o tempo de profissão.

Após a acolhida, foram feitas a escuta dos membros por meio de perguntas semiestruturadas, que foram debatidas juntamente ao grupo focal formado através dos representantes de polo. As duas perguntas norteadoras foram: “Como o Sindicato influenciou sua identidade política docente?” e “Como o movimento modificou o seu fazer docente?”.

Por meio destas perguntas, os relatos foram se desdobrando e os (as) entrevistados (as) contaram sua trajetória antes e depois de adentrar a causa, além de discorrerem sobre suas experiências e vivências durante as suas carreiras profissionais, os desafios enfrentados e as conquistas.

Durante a pesquisa as temáticas foram abordadas de maneira a dialogar com as falas dos entrevistados e com o debate teórico. Desta forma, durante a escrita deste artigo foram trabalhados o surgimento do Sindicalismo, desde esfera Federal, até a esfera municipal, com a perspectiva voltada para o município de Crateús, Ceará, além do levantamento da Base Histórica da Educação de Crateús, desde o período colonial, até o século XX, apresentando um levantamento histórico inicial das condições de Ensino presentes na cidade.

Através destes estudos temáticas como: Território e Identidade foram discutidas, explorando como se compreende o território e como a identidade se forma por meio deste, além de observar como o território é essencial para compreender os desafios que envolvem o Espaço Geográfico no qual está localizado, uma vez que o território é um recorte do espaço.

Nesta mesma dinâmica também foi discutido o papel dos movimentos sociais como ferramenta de aprendizagem de direitos, bem como seu caráter formativo e educacional, explorando a formação da Identidade Docente durante o processo de formação inicial durante o curso.

2 SEMENTES DA LUTA POR DIREITOS EM EDUCAÇÃO DE CRATEÚS

Segundo Martins e Sales (1999) a história da educação do Município de Crateús, localizado no interior do estado do Ceará interpassa, primeiramente, por suas origens indígenas,

que sofreram durante o período colonial com a exploração dos povos que aqui habitavam: a tribo Karatiú.

Entre os anos de 1771 a 1773 o bandeirantismo, exercido durante suas expedições, trazia escravos e indígenas de outras regiões a fim de conquistar terras e implantar fazendas concedidas pelo Império, as sesmarias. Sendo na época uma província pertencente ao Piauí, uma das descendentes de uma família de prestígio, Dona Luiza Coelho da Rocha Passos, adquiriu posse de algumas terras e as nomeou de “Fazenda Piranhas”.

Em 6 de junho de 1832, uma lei geral do Piauí nomeia essas terras de “Vila de Príncipe Imperial”, por esse território pertencer ao Piauí. A lei geral 3.012 de 22 de Outubro de 1880 trocou as áreas de “Príncipe Imperial” e as áreas “Pelo Sinal”, atual município de Independência, com a “Vila de Amarração”, que pertencia ao Ceará, pois as terras de “Vila de Amarração” concederiam ao estado do Piauí acesso ao litoral.

Nessa perspectiva, Crateús tem suas raízes no processo colonial e na exploração de mão de obra escravista de povos negros e indígenas. Desenvolver a cidade não era um dos principais planos durante o século XIX, tendo em vista que o interesse era apenas territorial, a “Vila Príncipe Imperial” possuía acesso ao mar, o que facilitava o comércio e a saída para o litoral.

Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” e do trabalho escravo (FREIRE, 1967, p. 67).

Segundo Martins e Sales (1999), durante o governo piauiense, a educação não era prioridade. Era direcionada para poucos, havendo apenas dois tipos de escolas, uma para “Dominantes”, alunos advindos de famílias ricas e com privilégios sociais, e outra, a escola de “Artífices”, reservada aos mais pobres para que aprendessem os ofícios de seus pais. Assim, as estruturas eram mínimas, desde os locais onde ocorriam as aulas aos materiais didáticos. Os professores, pois sim, era uma ocupação apenas masculina, recebiam muito pouco por seu trabalho.

Neste contexto, em 1889, a Vila Imperial deixa de ser piauiense e passa a ser de domínio cearense, havendo também uma mudança em seu nome, em homenagem aos povos originários que habitavam anteriormente, sendo agora chamada de Vila *Cratheús*, para em 1911 passar a ser cidade.

Contudo, com a chegada do século XX houve bastante movimentação na educação municipal que já possuía escolas particulares, as quais eram muito rígidas. “Uma escola para

ler, escrever e contar [...] o método era castigo e o uso da palmatória” (MARTINS; SALES, 1995). Nos anos de 1930, Crateús possuía poucos professores, além de poucas escolas acessíveis a uma minoria, como é o caso do Instituto Santa Inês.

É importante salientar que a educação no município de Crateús sempre sofreu omissão por parte dos governantes, uma vez que o coronelismo e clientelismo estavam muito presentes. O surgimento da primeira escola pública municipal, o atual colégio Lourenço Filho, se deu em 1941. Também durante essas décadas houve a criação de escolas profissionalizantes, a fim de haver mais professores. Porém, o setor público não fornecia condições básicas, estruturais e salariais para os professores trabalharem.

Muitos profissionais do magistério custeavam os materiais didático-pedagógicos com o próprio salário. Este custava em torno de 150 mil contos de réis, o que atualmente valeria R\$ 97,44 (noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), valor irrisório que fazia muitos professores ensinarem em suas próprias residências e com recursos próprios.

Entretanto, muitos destes professores que lecionaram em suas casas dependiam de processo eleitoral e partidário, por meio do voto de cabresto. “Cada prefeito escolhia as professoras que tinham votado em seu partido e movia algum tipo de perseguição as que não eram de sua corrente política” (MARTINS; SALES, 1995, p. 101).

Neste sentido, durante o passar dos anos foram surgindo diversas instituições escolares que buscavam acessibilidade educacional para os mais pobres, tentando fomentar a educação pública em Crateús. Exemplo disso é o Externato Nossa Senhora de Fátima, que recebia alunos pagantes, mas, em sua maioria, eram alunos que não pagavam. Logo em seguida surgiu a escola Olavo Bilac a partir do terreno doado pelo exército, bem como Lions Club, Escola Virgílio Távora, Escola Amadeu Catunda e, com esforços da Diocese, em 1971, a mesma doou a escola Estadual Regina Pacis ao Estado.

Essa preocupação com a Educação Pública se originou, principalmente nos âmbitos das igrejas e das pastorais, a partir das críticas e buscas por direito ao acesso público ao ensino, concentrando-se principalmente na figura do bispo Dom Antônio Batista Fragoso, que chegou em Crateús no ano de 1964.

Dom Fragoso foi um crítico ácido da realidade da população e suas fragilidades. Se ateve a criar sindicatos rurais para os agricultores, mobilizou e sensibilizou outros padres a debater a realidade, expor e criar métodos e unidades de resolução. Assim, na Diocese da cidade, haviam muitos padres e freiras que ocupavam cargos de diretores de colégio e de professores.

A partir disso, em 1965, foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB), conveniado à esfera Federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim deu-se início ao projeto, que era financiado pelo governo e de responsabilidade dos bispos da diocese, que também eram responsáveis pelas atividades pedagógicas que visavam a formação de monitores.

Nesse projeto foi realizada a alfabetização e processo de aprendizagem de jovens e adultos, tendo como base os princípios de Paulo Freire. Dom Fragoso se tornou referência internacional, possuindo bastante influência. Pelo período histórico da época ser marcado pela ditadura militar, o bispo sofreu muita censura pelos meios de comunicação, principalmente por sempre ter expressado sua discordância com o modo de governo da época e os privilégios concedidos aos mais abastados. Desta forma, Dom Fragoso acendeu a chama crítica de muitos religiosos que vieram após ele, como, por exemplo, Padre Alfredinho.

Neste cenário, fica evidente que Crateús possui em suas raízes uma busca incessante por direitos, desde a formação de professores, à estruturação de escolas públicas que pudessem atender a população com dignidade, ou ainda na luta por direitos, para além do papel, de poder exercer a profissão sem interrupções políticas ou partidárias.

A educação do município de Crateús, assim como toda a educação pública do país, tem suas bases fundadas em muita omissão por parte do poder público, marcada pelo sucateamento das instituições de ensino, a desvalorização da classe, baixos salários e condições mínimas de trabalho, despertando nos docentes a necessidade de se organizar e buscar por seus direitos e os direitos dos alunos, bem como melhorias na educação municipal intermédio da organização sindical e movimentos sociais.

Assim, o ato de se organizar e buscar seus direitos de forma a atender o estado de democracia no qual a federação brasileira se baseia, por meio da Constituição Federal de 1988, é vital para manter a Educação Crateuense em movimento.

Defendo que os educadores exercessem um papel ativista [...] educadores criticamente democráticos devem nesse processo se engajar como “intelectuais públicos” [...] isto é, dizer a verdade sobre o que acontece na educação e na sociedade em geral; mostrar espaços possíveis de florescimento de práticas e políticas criticamente democráticas. (APPLE, 2013, p.14)

Através dessas demandas e necessidades presentes na Educação de Crateús, o Sindicato dos Professores Municipais surgiu como um movimento essencial para a busca de resoluções desses desafios, além da busca por direitos historicamente negados.

3 A ORIGEM DOS MOVIMENTOS SINDICAIS

Segundo Gouveia e Ferraz (2013), o surgimento do sindicalismo sempre esteve relacionado a movimentos de mudanças e reformas no campo das políticas educacionais. Os primeiros indícios de práticas de movimentação social em torno da educação foram a partir da Constituição de 1824, época em que o Brasil ainda dava seus primeiros passos como um país independente.

Entretanto, somente em 1827, o Decreto-Lei Imperial permite a contratação de professores públicos, rompendo com o padrão individualista e privado que a figura docente estava atrelada. Tal ação culminou nas formações das primeiras instituições representativas da classe no final do segundo império. Desde os anos de 1875 até 1891 diversas instituições foram desenvolvidas na tentativa de criar raízes profundas na representação docente, entretanto, não se efetivaram.

Nesse viés, já no Brasil República, por meio da Associação Brasileira de Educação (ABE), ocorreram mudanças significativas nas organizações de educadores e profissionais liberais na área de ensino. A década de 1920 representou inúmeras reformas no campo educacional dos estados. Assim, a ABE se tornava um pilar importante na representação do movimento docente na era Vargas, sendo responsável pela estruturação do manifesto dos Pioneiros, em 1932, marcando o início da organização docente no Brasil.

Contudo, é importante salientar que os servidores públicos do Estado, na década de 1940, eram proibidos por lei imposta pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) vigente na época, se organizarem de forma sindicalizada, sendo permitido somente a organização de associações atreladas ao governo, ocasionando na criação de diversas organizações, cada uma com seus próprios interesses e princípios.

Essa manobra política do Governo Getulista foi uma maneira de centralizar a Educação na figura do Estado, além de deter o controle sobre movimentos sociais e manifestações de descontentamento com o Estado de Getúlio Vargas. Assim como em todo o país havia essa dicotomia política, o Ceará também não foi exceção, mantendo-se, inclusive, em disputa entre dois partidos políticos com propostas diferentes.

Segundo Ferraz e Gouveia (2013), após o Fim do Estado Novo, marcado por um governo com ideias totalitárias, houve uma divergência de movimentos: um buscava descentralizar e o outro visava centralizar a Educação, por meio da Constituição Federal de 1946 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que tinham como objetivo modificar a legislação getulista presente durante o Estado Novo e Centralizar o Ensino. Contudo com o

estabelecimento da Ditadura Militar, em 1964, tais mudanças se mantiveram vigentes por um curto período.

Porém, no fim da década de 1970 e início dos anos de 1980 houveram mudanças significativas no que se refere a organização da classe docente e na mobilização social coletiva em busca de direitos. Durante esse período houve a maior deflagração de greve na história dos movimentos sociais, atingindo várias classes de trabalhadores de diversos estados brasileiros.

No meio deste cenário houve uma colaboração entre os movimentos dos professores e o sindicalismo operário, possuindo como principal liderança Luiz Inácio Lula da Silva, que paralisou a metalúrgica do ABC paulista. Os professores, juntos na liderança dos movimentos com os operários, se organizaram para criar a Central Única dos Trabalhadores, além de outros partidos de caráter esquerdista e de centro-esquerda, como: o PT, o PCdoB, o PMDB, por exemplo. Após esses movimentos trabalhistas que mexeram com o cenário político do país, ocorreram as primeiras discussões sobre a Constituição Federal de 1988.

No cenário cearense, segundo Almeida (2009), as bases sindicais no Estado do Ceará buscaram apoio de partidos políticos no movimento docente e possuem suas origens associadas a entidades políticas, como o (PT), que possuíam importantes posições na área do executivo e da prefeitura da capital do estado.

Havia a modalidade “combativa”, defendida pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE) que possui uma visão democrática, a favor da greve como ferramenta de pressão contra os governantes, valorização do professor e a defesa da escola pública.

Contudo, o modelo “propositivo” do Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará (APEOC/Sindicato), busca trabalhar junto com o governo e é contra movimentos grevistas.

Assim, segundo Almeida (2009), a fragmentação e criação de duas vertentes sindicais criaram uma divisão de interesses opostos que interferiram diretamente na formação e fortalecimento do movimento sindical do Ceará que ficaram em segundo plano.

4 DE MOVIMENTO PELA EDUCAÇÃO (MOVE) A CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CRATEÚS

Na perspectiva de Martins e Sales (1999) as bases educacionais do município de Crateús, em termos estruturais, possuem fortes laços com a igreja católica, em especial com a

figura do Bispo Dom Antônio Batista Fragoso, popularmente conhecido como Dom Fragoso, sendo um entusiasta dos movimentos sociais emancipatórios e da liberdade de expressão.

O âmbito dos grupos eclesiais representara a fagulha dos movimentos dos professores que já eram conhecidos por lutar e buscar seus direitos negados através do sindicato dos servidores públicos de Crateús desde 1990.

Segundo França (2018), somente nos anos 2000 houve uma organização mais formal da categoria de professores da rede municipal com o Movimento de Educadores de Crateús denominado MOVE. A partir dele, foi possível fundar, em 2002, o Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Crateús, uma vez que os professores (as) não se sentiam representados pelos Sindicatos dos Servidores à época, cujo presidente assumia a função de sentar à mesa com a administração para fechar acordo sem escutar, discutir ou deliberar com a categoria interessada.

A luta dos professores da rede pública municipal de Crateús se estrutura solidamente em suas bases sociais, de acordo com o enfrentamento aos desafios cotidianos. É extremamente largo o nível de atuação/participação desta entidade e de sua categoria em inúmeras lutas que ocorrem no município de Crateús (FRANÇA, 2018, p. 21).

Dessa maneira, o Sindicato dos Educadores Municipais forjou sua existência por meio de diversas lutas anteriores, demonstrando que a sua luta antecede o surgimento da organização por meio sindicais.

5 TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Segundo Gottmann (1973), ao compreender os conceitos de território e identidade e debater como estas concepções se interrelacionam, é possível ter uma análise mais clara destas definições. Sendo uma das categorias de análise principais da Geografia, o território surge posteriormente ao conceito de Espaço, sendo um recorte deste, uma área delimitada de um determinado Espaço. “A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências” (GOTTMANN, 1973, p. 51).

Assim, Arendt (1985) discute as relações de poder presentes no território por meio das relações de trabalho que geram as transformações do meio, bem como as relações sociais, que automaticamente resultam no surgimento de relações de poder entre os indivíduos, uma vez que uma sociedade se organiza por divisão de trabalho e exercício de poderes do homem sobre o

homem. Nesta perspectiva, o território é um local no qual se exerce, de forma constante, o conceito de Poder.

Marçal (2007) analisa o conceito de território a partir do trabalho, das relações sociais, do poder e da cultura, considerando estes os pontos principais para construir e analisar como se forma. Compreendendo *território* como um conceito fluido, que se faz por meio de suas relações com o meio natural e o meio social, por meio da transformação do espaço, essas relações que constituem o movimento e o relacionamento vivido constante, configurando, desta forma, a territorialidade.

Assim, na relação homem e natureza, homem e sociedade, o poder é um agente constante de disputas e mudanças na relação homem e natureza, homem e sociedade. Contudo, o Poder não é um objeto constante, levando em consideração que possui dinâmica de rotação entre os sujeitos (entidades) dependendo do tempo histórico. Sendo assim, a principal causa de conflitos, no que se refere aos territórios, uma vez que, a capacidade de modificá-los advém daqueles com maior influência ou em maior número, pois existem diversas formas de Poder.

O poder por meio de representação, parte do fundamento de representar uma maioria por meio de um acordo coletivo entre os sujeitos ao chegarem a um consenso. Em casos contrários, quando o detentor do Poder não é escolhido de forma coletiva consensual, a dominação da maioria ocorre por meio de violência ou influência em outras dimensões sociais, sendo essas duas últimas estratégias usadas para legitimar uma forma de poder ilegítimo, ou seja, antidemocrático.

“O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é a propriedade de um indivíduo; [...] sem um povo ou um grupo não há poder” (ARENDETT, 1985, p. 24). Nesse sentido, Marçano (2007) e Souza (1995) compreendem que só há existência de território se houver relações políticas e de exercício de poder que construam o significado de nação, sendo este sinônimo de território.

Em constante movimento, entre seus fixos e fluxos, podendo compreender fixos como aspectos físicos, ou seja, materiais, que fazem parte do território, como suas características naturais, estruturais, por exemplo. E seus aspectos fluxos, que incluem o imaterial, relações humanas, políticas, econômicas, culturais, bem como, a identidade. “Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais” (MANÇANO, 2007, p. 08).

Deste modo, o território se forma e se transforma por meio de suas características, seus aspectos multiescalares, ou seja, escalas Municipal, Estadual e Federal, além de suas características multidimensionais, como: cultura, poder, economia e identidade.

A identidade do sujeito está intimamente ligada ao seu local de origem, as suas tradições, relações sociais e ao território ao qual pertence. O processo de identidade está diretamente ligado aos aspectos imateriais e materiais que geram uma noção de identidade singular para cada ser, características marcantes que atribui sentimento de pertencimento, de raízes e identificação, da ancestralidade, de espírito, mas também de corpo material, e como indivíduo coletivo e sujeito singular integrante do território. “A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 08).

Segundo Santos (1999), o território é um espaço vivido, imbuído de historicidade, que identifica e atribui significado à existência dos seres humanos, agentes fluidos que contribuem para a formação e transformação de forma constante.

[...] derrotamo-nos com o território vivo, vivendo. [...] O território revela ações passadas e presentes. [...] É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações (SANTOS, 2001, p. 207-208).

É a partir dessa fluidez e dinamismo que o território é compreendido como um recorte do Espaço, ao qual são atribuídas noções de Poder, Identidade e Pertencimento. Diante desse dinamismo, assim como o homem é um ser mutável, e a natureza também, é possível compreender que o território se faz e se refaz nele próprio, de acordo com sua dinâmica por meio das suas ações passadas e atuais.

É possível arriscar a afirmar que Crateús, como território, mantém forte suas raízes dos séculos XIX e XX em questões políticas envolvendo a educação, tal qual o conservadorismo histórico e as interferências partidárias na contratação dos profissionais da Educação. Sendo assim, o território da cidade de Crateús é constantemente âmbito de disputa entre o poder público (políticos) e os trabalhadores.

6 A FORMAÇÃO INICIAL DA IDENTIDADE DOCENTE NO CURSO DE LICENCIATURA

Segundo Nóvoa (2007) discute, os desafios da profissão docente na atualidade, interpassando pela formação inicial da identidade docente nas licenciaturas que se inicia a partir da bagagem prévia que o educando possui do seu período escolar como estudante, trazendo consigo uma noção do que é ser professor e algumas de suas atribuições, mesmo que de uma forma genérica.

Sendo assim, é importante considerar que ainda não há uma identidade docente já formada, ou se ver e se considerar professor. Pimenta (1997) faz conexões com Nóvoa ao expor que os alunos chegam em sua formação inicial com saberes sobre o que é ser docente, o saber experiencial como educando durante sua vida escolar. O ser humano carrega consigo a capacidade de acumular e experienciar vivências conforme elas acontecem, sendo essencial ter em mente que a identidade é algo que se forma ao longo do curso de licenciatura, se transforma e se ressignifica conforme associados a vivência e a prática.

Pimenta (1996) analisa como a formação inicial, às vezes, é distanciada da realidade das escolas de uma forma burocrática, causando um déficit na prática social de educar. O currículo nas universidades é outro obstáculo por sua formalidade, sem contar nos estágios, que não permitem uma imersão tão profunda. A reprodução de um ensino no qual as técnicas e teorias associadas ao conteudismo não são suficientes para se formar uma identidade docente.

O processo de formação da identidade docente está em constante transformação, sendo atravessado por suas vivências anteriores como estudante, aliadas as novas experiências adquiridas durante seu processo formativo no ensino superior.

Pimenta (1996) e Freire (1967) discutem que a construção da identidade docente parte do sujeito historicamente situado e atento às necessidades do seu tempo, necessita que ele seja reflexivo e crítico a sua prática para alinhá-la com seus princípios, valores e crença, fazendo a leitura das problemáticas sociais.

Com tal visão, qual o papel enquanto educador na formação de sujeitos sociais, críticos e históricos, sendo o próprio docente um indivíduo histórico? Desta maneira, é importante ressaltar que cada momento histórico tem suas particularidades.

O sujeito que se propõe a participar da sua historicidade é um ser crítico, que busca a democracia acima de tudo, entretanto, aquele que busca ignorar tais desafios, é um sujeito que nega sua historicidade, sua identidade e se torna acrítico com a sua realidade.

Sendo assim, é relevante a construção da identidade docente desde a formação inicial e na sua formação continuada, uma vez que o ser humano é um ser mutável e em constante processo formativo, que exige posturas diferentes para cada momento histórico, além de estar ciente das necessidades que cada ambiente escolar e seus educandos apresentam e que tipo de sociedade desejam construir através de seu ofício.

[...] Na medida em que as teorias do currículo deduzem o tipo de desconhecimento considerado importante, justamente a partir da descrição sobre o tipo de pessoas que elas consideram ideal. Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade (SILVA, 1999, p. 15).

Nenhuma prática docente é neutra, pois possui objetivos que deseja alcançar. A identidade é aquilo que busca direcionar o sujeito e ao mesmo tempo também reflete sua dignidade como ser humano para além da sua profissão, considerando a sua importância perante a sociedade.

Nóvoa (2007) traz as questões desafiadoras no processo de ensinar com relação as, desafios, reconhecimento e valorização da classe. É também atribuído à figura do educador a tarefa na formação humana e cidadã de seus educandos, para que sejam sujeitos dignos e que possam transformar a sociedade e que estejam aptos ao mercado de trabalho.

Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 205 “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal, 1988).

Na contemporaneidade ser professor é desafiante. Contudo, é necessário compreender o papel da escola nesse processo formativo. É durante o período de estágios que o docente em formação tem as primeiras noções reais e práticas do processo de identidade, uma vez que o momento em que a identidade docente é posta em prática, pois cada forma de ensinar é única para cada professor, justamente por a identidade ser algo tão singular.

O espaço escolar é um âmbito formado por diversos sujeitos com visões e perspectivas próprias por meio da sua área de atuação, bem como na particularidade e singularidade dos indivíduos. A inserção no chão da escola impulsiona o professor a saber que aprendizagem se busca construir como educador e alcançá-la por meio da sua prática pedagógica.

Para assim reconhecer que a formação inicial da identidade docente acontece desde as primeiras vivências, primeiramente como alunos durante o ensino básico, com uma noção mais superficial do que é ser professor, e depois de forma aprofundada durante o curso superior, além de considerar sua construção humana como indivíduo singular, suas interações em sociedade e que durante os anos formativos essas vivências se acentuam ao ter contato com a prática pedagógica e os desafios que ela apresenta dentro e fora de sala de aula.

6.1 Formação da identidade docente durante a formação inicial no curso de Geografia

No aspecto de formação inicial da identidade docente, o geógrafo, durante seu processo de formação, encontra muitos obstáculos no que se refere a construção de uma identidade

docente, uma vez que a geografia trata de aspectos materiais e imateriais do espaço, da relação homem e natureza na produção do espaço geográfico.

Os primeiros contatos em relação a geográfica acontecem por meio de teorias do pensamento geográfico, a evolução deste, primeiramente uma geografia que ainda não se compreendia como geografia, mas sim como naturalismo. Os naturalistas e positivistas analisavam somente a natureza em seu estado puro, as formações geológicas, o clima, a vegetação, a relação da natureza com ela mesma e suas modificações através do tempo.

Não havia uma noção da geografia como um sistema integrado entre homem e natureza, acreditava-se que a natureza moldou o homem, as condições naturais forçaram a adaptação humana, tendo Ratzel como o principal precursor de uma geografia determinista, cujo espaço determina as condições de vida do ser humano. Segundo Ratzel (1886) tudo o que se refere à natureza e ao ambiente é imutável em comparação àquilo que se refere ao homem.

No século XIX La Blache propuseram a ideia contrária: o possibilismo geográfico, a natureza se molda ao homem, o homem a modifica conforme sua necessidade, uma vez que é um ser adaptável e também adapta seu meio. “La Blache definiu a relação homem-natureza como objeto da Geografia, cujo homem aparece como um ser ativo diante do meio, ainda que sofrendo influências, este age transformando-o” (MORAES, 2002, p. 15).

A corrente do pensamento geográfico que revolucionou o modo de compreender a ciência geográfica advém do geógrafo brasileiro Milton Santos no século XX, com a geografia crítica, que analisa o espaço geográfico como um todo, a interação homem e natureza, as transformações advindas desta relação, questões sociais e políticas em sociedade, cultura e as problemáticas que envolvem o homem ao se relacionar e modificar o espaço.

[...] a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho [...]. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço (SANTOS, 1978, p. 203).

Desta maneira, os primeiros contatos do licenciando em geografia ao adentrar a universidade é se encontrar imerso em teorias opostas e se deparar com dicotomias como geografia física, e geografia humana como lhe fora ensinado na escola. Contudo, durante o processo formativo, compreende-se que ciência geográfica é um caminho para formar sua identidade docente, se atentar às questões humanas e ao meio, e como o homem se relaciona

com eles, trazendo a possibilidade de visualizar o mundo como um todo para ter uma leitura social completa.

O geógrafo é um cientista social e, como tal, tem o dever de buscar compreender a realidade e encontrar modos de transformá-la por meio da sua prática docente, pois não basta ser apenas observador do espaço ao seu redor e visualizar as modificações geradas por outros indivíduos. Como cientista social, é um dever buscar soluções que impactam a sociedade de maneira positiva, pois assim como não há prática pedagógica neutra, também não há um cientista social neutro.

7 O CAMPO: COLHEITA DOS E DAS QUE FAZEM O SINDICATO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CRATEÚS

Esta seção está subdividida de forma a apresentar os resultados coletados na pesquisa de campo e da pesquisa documental. De acordo com o Estatuto que rege o Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Crateús, este, por sua vez, é formado por um grupo de associados, dentre eles: professores da rede pública de ensino municipal, sem fins lucrativos, de caráter autônomo, sem vínculo com o poder público governamental.

A Diretoria é composta por nove membros titulares e cinco suplentes, bem como um conselho fiscal, que possui rotação de cargos a cada três anos, visando a realização de atividades deliberadas durante as assembleias e o estatuto do sindicato. A Assembleia Geral é a entidade suprema do sindicato. As decisões tomadas em coletividade determinam as ações que o sindicato tomará nas pautas levantadas durante as Assembleias.

Outra formação dentro do sindicato são os representantes de Base, que representam as escolas municipais e levam as necessidades de cada uma delas ao Sindicato, estabelecendo um vínculo entre as duas instituições. Além disso, a organização conta com assessoria jurídica e contábil, o Sindicato dos professores de Crateús, possuindo vínculos com a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (FETAMCE).

Em seu estatuto reconhecido e autenticado em firma, dividido por seções, detalha os direitos e competências de cada sócio, as atribuições da Diretoria, Conselho Fiscal, Admissão de sócios, os órgãos deliberativos do sindicato, às assembleias gerais, Conselho de polo, etc. São 60 artigos que compõem o documento de livre acesso à comunidade escolar e pública.

Tal documento é organizado, escrito e analisado pelos associados que debatem de forma democrática, a fim de proporcionar a união da classe por meio da luta de direitos, desenvolver atividades que solucionem as demandas salariais, oferecendo melhores condições de trabalho,

não somente da classe docente, mas de outras classes de trabalhadores. Um dos artigos mais importante é o Art.2 que cita algumas das finalidades do sindicato, sendo estas:

Unir os servidores da classe, na luta de seus interesses imediatos, e futuros; Congregar e defender prerrogativas, direitos e interesses dos associados junto a Prefeitura de Crateús; Desenvolver atividades que busquem solucionar os problemas da categoria de assalariados, tendo em vista a melhoria de condições de vida e trabalho; Promover ampla e ativa solidariedade as demais categorias de assalariados, buscando elevar a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo, a nível municipal, estadual, federal e internacional; Defender a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade, na luta pela conquista de um país soberano, democrático e progressista (Estatuto do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, 2002).

Dessa forma, o Sindicato busca manter em seu bojo e suas diretrizes uma organização coletiva democrática com princípios que buscam os direitos da classe docente, bem como de outras classes trabalhadoras, em busca de emancipá-las e lutar por seus direitos, e confluir juntamente a outras causas que permeiam o município.

Desta forma, essa entidade não é apenas de representação do magistério municipal de Crateús, pois busca atender as necessidades da população, por meio da formação política e ações formativas. É válido ressaltar que movimentos sociais e sindicais também são formadores de identidade, de consciência política e crítica de todos os indivíduos sujeitos de direitos.

7.1 A formação da identidade política expressa através das experiências dos professores (as) do movimento sindicalista

Nesta seção serão apresentados os depoimentos de alguns (algumas) associados (as) do Sindicato, suas experiências e vivências como docentes e ativistas, bem como os desafios enfrentados e como suas experiências dialogam com as categorias apresentadas neste artigo.

A partir de entrevistas, foram colhidos os diálogos de 05 sujeitos (as) que representam a amostra da pesquisa. Na perspectiva de garantir o anonimato, não foram usados os nomes, e sim o codinome das (dos) entrevistados (as), apresentados a seguir: “SUA S” do sexo feminino, 67 anos, com mais de 30 anos de carreira no magistério, “SUA L”, sexo feminino, com 19 anos de magistério, e “SEU G.A.”, integrante da diretoria, sexo masculino, com mais de 25 anos de experiência, “SUA A.M.”, sexo feminino, mais de 60 anos, com mais de 30 anos de carreira, “SUA C”, sexo feminino, integrante da diretoria, tendo mais de 20 anos de carreira.

Assim, a partir deste ponto, é possível entrelaçar essas falas experienciais com o bojo teórico. Compreendendo que o depoimento é a palavra vivida, esta seção será aberta com uma dessas falas:

Então, o sindicato dos professores, na minha vida, tem essa dinâmica, mas aí com relação a necessidade de dar conhecimento político, é muito importante, eu não diria não apenas o sindicato dos professores de Crateús, mas como qualquer peça que o compõe, qualquer professor, qualquer diretor, porque no espaço em que a gente se encontra, a gente milita, a gente dialoga, a gente fala, a gente explica (SEU G.A., representante da Diretoria do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024)

Considerando que os professores integram a classe dos trabalhadores, o proletariado, segundo Karl Marx (1848), a burguesia nunca está pronta para ceder ou dividir seus privilégios com a classe trabalhadora, assim, o conceito de classes não se manteria, bem como não existiria uma elite no topo da cadeia social e ou exploração do homem pela as mãos do próprio homem. “O proletariado passa por diversas fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua existência” (MARX; ENGELS, 1848, p. 47)

A modificação do sistema classista é um desafio diário e constante, uma busca incessante por direito de existência digna e com direitos básicos assegurados pelo Estado, uma vez que este é responsável pelo bem-estar comum. Mas em sua origem, o Estado surge como uma ferramenta para organizar a sociedade e domar o homem.

Desta forma, como o passar dos séculos, a legitimidade do Estado continua vigente e com a cadeia de poder no sistema capitalista, visto que para maior mobilidade social se utiliza do discurso falho da meritocracia e que os direitos são iguais para todos os indivíduos, de acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, porém, na prática, isso não se efetiva. Contudo, é pela ineficácia de assegurar direitos além do papel que os movimentos sociais existem para fazerem esses direitos serem cumpridos e assegurados a longo prazo.

Em mais de duas décadas de existência ocorreram muitos eventos e movimentos importantes que marcaram o Sindicato dos Servidores Municipais da Educação. Algumas experiências negativas, outras positivas, que expressam o significado de tanta luta e busca por direitos.

Muitas estratégias e mobilizações por parte dos associados buscaram diversas formas de abordagem, seja por atos grevistas, rodas de conversa e debates, passeatas públicas, palestras, criação de espaço e cultura, bem como buscar comunhão com as entidades escolares que fazem parte do município, ocupação pacífica de entidades públicas, como a Secretária de Educação. “Mas da forma que está, ainda é sobre luta e gritos dos professores. Consideramos também a conquista do nosso sindicato ao longo desses 20 anos que está na nossa cabeça e a gente conseguiu.” (SUA C, representante do Sindicato dos professores municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

O Sindicato também é atento e ativo às decisões da Câmara Municipal, ato esse que causa incômodo a alguns políticos que negam os direitos da classe e não buscam um diálogo democrático, ou conceder os direitos, que estão na lei. Os políticos crateuenses, em sua maioria, possuem caráter conservador e a base política raramente se atenta às necessidades da Educação e da classe educadora.

Como a gente fala na câmara, mas quando entra professor, gente, você percebe, como aquelas pessoas tremem na base, estou falando do legislativo, eles tremem na base, quando diz, aqui tem professor, o nosso sindicato está aqui, quando diz o sindicato, que sindicato? Sindicato dos professores o que? Então, a gente vê que não é, eu estou falando de medo de amedrontar, mas eu estou falando de um medo político, eles sabem que ali tem pessoas, com consciência, consciência de classe, consciência de luta, e que estão ali, dispostos a lutar pelos seus direitos, porque esse é um dever, de todo e qualquer cidadão, é lutar pelos seus direitos (SUA, A.M., representante de base dos Sindicato dos professores municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

Através do envolvimento político ativo da classe docente municipal, que atua como uma entidade anti-hegemônica, há uma busca pela democratização do conhecimento e o acesso a um ensino de qualidade. As lutas ultrapassam a classe e se estendem a comunidade escolar, pais estudantes, outros movimentos sociais com princípios que o sindicato acredita e defende, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento pela Soberania da Mineração (MAM), o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MSTR), o Movimento Estudantil e Espaços de Cultura que são tão sucateados pelo poder público.

É uma grande conquista também o trabalho de formação que a gente faz com os professores, que é a escola sindical e o café com direito, que é um momento de formação. Tem a questão da evolução pela visão acadêmica que está dentro do nosso plano de cartas e carreira. Temos a conquista também da biblioteca Maria Ivane Salles. Nós tínhamos já uma biblioteca aqui que era a biblioteca do Educador, porém agora há pouco tempo ela é da Maria Ivane Salles e atualmente é a nossa biblioteca. Temos também uma grande conquista que a gente considera que é a questão do quintal com arte, que inclusive foi coordenada pela “A.C.”. Têm horas que a gente se emociona. Que foi um trabalho também muito bonito e que foi desenvolvido nos bairros para a população mais carente. E aqui era um projeto que era de formação pedagógica com os alunos, com as crianças e também tinha um momento cultural que era a gente oferecer a cultura para os nossos professores. [...] também dizer que a nossa luta é engajada na luta das mulheres, na questão da água, do lixo, dos jovens. A gente recebe jovens aqui pedindo patrocínio. A gente ajuda como pode. A questão do meio ambiente. Então, se tiver um trabalhador com direito negado a gente está junto. De todos os lados. Os trabalhadores (SUA C, representante do Sindicato dos professores municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

O Sindicato dos Professores Municipais tem uma longa história de atuação, lutas árduas, e violentas, por não serem bem recepcionadas por aqueles que não desejam o progresso, mas a opressão e direitos mínimos, a educação sucateada e abandonada e uma população cada vez

mais alheia às relações de poder na sociedade. Segundo Freire (1967), um sujeito alienado é um sujeito sem senso crítico e alheio a sua realidade de direitos. Esta é a maneira que o opressor encontra de manter os sujeitos oprimidos e dependentes, conformados com sua realidade. Quando se ousa ir contra esse sistema opressor, a tendência é ser reprimido e silenciado.

Agora mais recente, como nós estamos próximo à feira da agricultura familiar, e aí veio na memória da gente o spray de pimenta, que nós tomamos na cara agora que vai fazer um ano, aquele spray de pimenta nos fez reconhecer principalmente também o que somos, eu lembro que na hora da sensação do spray em si, quando eu fiquei completamente sem ar, eu disse, meu Deus, o que é isso, e queria falar e não conseguia, aí eu percebi que eu já tinha vivido aquilo antes, na minha época de estudante, lá em Fortaleza, no movimento que teve no liceu na época, e aí foi que eu saquei que eu estava rememorando aquilo, que infelizmente eu já tinha vivido antes, mas nunca esperava esse tratamento dado aos professores (SUA S, representante do Sindicato dos professores municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

Indo contra essa vertente, tais educadores revolucionaram o fazer pedagógico, o meio político no qual vivem e, conseqüentemente, influenciam em um outro tipo de sociedade: mais abertamente a democrática de direitos, com uma pedagogia emancipatória, crítica reflexiva, que busca o sujeito protagonista, não o sujeito objeto.

O Sindicato possui uma identidade política e democrática muito forte, essencialmente ativa e consciente. Possuindo assim, caráter basilar na Educação do município de Crateús, sendo um aspecto que marca, na formação da identidade política docente da cidade para as atuais e futuras gerações de professores (as).

Através da educação e da ação política coletiva se educam sujeitos transformadores. “Com o domínio reflexivo da ação política, a contra hegemonia transfere a natureza característica da luta do terreno da crítica para o terreno coletivamente [...]” (GIROUX, 1997, p. 23).

Assim, a educação surge como uma ferramenta, uma prática anti-hegemônica fornecendo alternativas para os grupos minoritários para combater as desigualdades proporcionadas por grupos hegemônicos.

A partir desta visão de princípios presente no sindicalismo municipal, que deste de suas raízes demonstra uma participação ativa na busca por direitos e melhoria da qualidade de trabalho, salarial, de vida e reconhecimento profissional, o Sindicato Municipal de Crateús surge como um farol em busca destes objetivos.

A identidade docente dos professores municipais foi nascendo e se lapidando a partir deste movimento sindical. Deste modo, um dos objetivos deste artigo é conhecer essa formação de identidade política e todo o processo que atravessam os educadores ativistas. “Os sistemas

de educação pública estão no coração das lutas culturais, políticas e econômicas sobre a consciência, a identidade social e a distribuição das posições sociais” (APPLE, 2010, p. 32). Assim, muitos educadores através desses movimentos lutam para a criação e a defesa do sistema educacional, buscando uma sociedade mais justa.

Neste contexto, muitos dos educadores associados ao sindicato possuem mais de 20 anos de magistério, ou mais de 20 anos que fazem parte de outros movimentos sociais e do próprio sindicato, que já possui 22 anos de atuação e (re) existência. É importante ressaltar que alguns desses educadores se formaram com os esforços das escolas pedagógicas administradas pela diocese de Crateús, dando seus primeiros passos como educadores antes de cursar o ensino superior.

Minha luta começou bem antes do sindicato, eu já sou uma senhora de idade, eu comecei desde o movimento estudantil, que eu fui de grêmio, fui de movimentos da igreja, eu fui de um tempo que a igreja, e ainda é em alguns setores, ela andava junto com a comunidade, então nossas pautas desde aquele tempo eram sempre voltadas para a revolução do ser humano mesmo, e o sindicato fez com que eu sentisse que ali e que aqui, que nós estamos aqui em um grupo de representantes de base, que é um dos braços do sindicato, é o corpo do sindicato também, e fez eu me sentir corpo, fazendo parte de alguma coisa, mas importante no sentido de que muitas vezes, inúmeras vezes, a gente não se sentiu sozinha, o sindicato fez com que a gente compreendesse não só a nossa luta enquanto classe, e foi isso que me deu uma compreensão (SUA S, representante de base do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

Uma vez que a primeira faculdade de pedagogia de Crateús surgiu com auxílio do sindicato, esta instituição de ensino também se desenvolveu por mobilização da classe de técnicos pedagogos na época, que se organizaram e exigiram uma posição do governo quanto à implantação de uma universidade na cidade.

Então, é a conquista que a gente consegue. Aí, o plano de cartas e carreiras, estatuto do magistério, formação dos professores. Naquela época, bem atrás, há 20 anos atrás, muitos professores não tinham nem o ensino médio. Então, essa formação era no ensino médio e no ensino superior também, que teve o magistério, né, que foi luta do sindicato (SUA C, representante do Sindicato dos professores municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

Desta forma é possível reconhecer que o Sindicato surgiu como um instrumento de organização e união dos professores, apesar do constante descaso do poder público. O movimento em questão tem em seu histórico de lutas, constantes greves e mobilizações, a maior delas, que marcou de maneira significativa os associados, foi a greve de 2007, que buscava a efetivação do concurso público, ocorrido no mesmo ano, para assegurar os direitos dos concursados.

Quando a gente entra, a gente percebe que essa luta por direitos dos trabalhadores, por mais sofrida que ela seja, que ela esteja, ela é muito árdua para quem está nela, para quem constrói esse conceito de direito para todos, e é muito difícil, porque quando nós entramos em 2007, logo em 2009, tivemos uma greve, talvez uma das maiores na história de Crateús, que foi bastante assim, 3 meses, foram 3 meses de greve, aí a gente adentrou no município de uma forma quase um total de 100%, eu acho que foi talvez a greve mais estendida e mais significativa na história do município de Crateús, e sofrida para quem estava e esteve até o final, de ficar sem salário, de ser humilhada [...] (SUA L, representante de Base do Sindicato dos professores municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

O relato de tais vivências, na prática, dialogam com os objetivos da pedagogia de Paulo Freire, suas obras e teorias, buscando a emancipação dos sujeitos por meio da educação, pois, uma vez emancipados, são protagonistas de suas realidades, intervindo ativamente na busca de melhoras na sua realidade e a da sociedade. Ser sujeito crítico é estar consciente da sua identidade e de suas responsabilidades sociais e os desafios da sua historicidade por meio da mobilização social coletiva.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não seja um mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 1970, p. 33).

Além disso, nesse processo de mobilização social coletiva, alguns membros do sindicato formaram laços fraternos e de comunhão, com ação de apoio mútuo para além das causas que os une como entidade sindical. A formação de identidade docente perpassa também pelo contato e troca de experiência com o meio e sujeitos presentes direta ou indiretamente nessa formação. “Eu estou sempre aqui, buscando essa força, me energizando, com os meus colegas, com os meus” (SUA, A.M., representante de base dos Sindicato dos professores municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

O processo de identidade é material (abarca o local de origem) e também imaterial (envolve as vivências do ser humano), é contínuo. Tendo em mente que o professor não nasce pronto, pois vai se formando por meio de suas práticas, trocas e vivências. O movimento sindical detém papel fundamental durante esse processo formativo.

[...] e eu digo que o meu sindicato, o nosso sindicato, é a nossa identidade, é a nossa alma, é o nosso coração, o nosso sindicato é que nos identifica, além da representatividade, ele nos identifica enquanto profissional, enquanto pessoa, pessoas de luta, então aqui a gente conheceu uma outra luta, enquanto que eu vinha de outras lutas, que não são tão diferentes (SUA, A.M., representante de base dos Sindicato dos

Então, para os associados sindicais, o movimento ultrapassou as relações políticas coletivas, cativou laços afetivos e de pertencimento e identificação com seus parceiros de luta, que se tornaram amigos-irmãos por meio das adversidades que passaram juntos.

7.2 Movimentos sociais como ferramenta de formação e aprendizagem dos Direitos.

Segundo Gohn (2012), os movimentos sociais atrelados a Educação surgem inicialmente como uma ferramenta para garantir a cidadania e os direitos inalienáveis do homem, os mesmos direitos levantados durante o período do Iluminismo: o direito à liberdade, igualdade perante as Leis, e o direito à terra.

A cidadania, porém, era direcionada somente aqueles que tinham condições sociais e financeiras, que possuíam uma propriedade. Portanto, é necessário refletir o que seria o ser cidadão. Na atualidade o ser cidadão remete ao indivíduo que possui documentação reconhecida por órgãos do Estado, como por exemplo o registro de nascimento, o registro de identidade e CPF. Aqueles que não os possuem são considerados indigentes, não cidadãos.

Porém, a Constituição Federal (1988) diz que todos os indivíduos são iguais perante a Lei (Estado), sem distinção de gênero, raça, religião e classe social, assegurando que os direitos vigentes na Constituição são para todos (as). Contudo, a existência de movimentos sociais, ou seja, a organização de um grupo em volta de uma ideia comum, em busca de um objetivo é uma demonstração de que alguns direitos permanecem no papel e não na prática.

Gohn (2012) e Marx (1848) discorrem que o sistema capitalista põe em xeque a cidadania, uma vez que o capitalismo dicotomiza a sociedade entre proletariado e a burguesia, e a sociedade passa a ser exclusivamente uma disputa inerente de Poder, os que sustentam o Estado por meio de sua força de trabalho e aqueles que representam a máquina Estatal, por possuírem os meios de produção e buscam disciplinar e domesticar as massas.

Desta forma, é compreensível que os movimentos sociais surgem como um instrumento de libertação do cidadão através da luta por seus direitos. A organização de um coletivo que busca por seus direitos civis, que em tese se entende como obrigação do Estado assegurá-los, contudo, ainda são negados. A Educação atrelada aos movimentos sociais não se restringe à educação formal.

Esse processo ocorre por meio dos próprios movimentos quando o sujeito se torna consciente dos seus direitos e, ao se organizar com seus pares para discutir estratégias, meios

para alcançar os objetivos da causa por meio da compreensão das relações políticas envolvidas nas causas populares, bem como age as políticas dos órgãos públicos.

Assim como durante a entrevista realizada com um dos sindicalistas que integra o sindicato dos professores municipais de Crateús, diz o seguinte:

É vivência, quando você cita a professora “C”, que disse que chegou e não tinha conhecimento, muitos também chegam na mesma condição e vão aprendendo ao longo do tempo, através do movimento sindical, que a gente não pode ficar estático, você não pode achar que pelo direito está consignado na letra, fria do papel, ele vai chegar ao trabalhador, isso é uma utopia muito grande, não há a menor condição de que isso aconteça, porque a coisa não flui assim tão natural, não tem como (SEU G.A., representante de base do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

Assim, os movimentos sociais são ações sociais políticas formadoras na busca por cidadania e dignidade, com acesso a direitos básicos, porém, essenciais.

Essa demanda, de fazer com que a gente tivesse mais oportunidade e mais gente pudesse entrar, e foi grande a luta (...)mas que valeu a pena, não só as pessoas que já tinham entrado, como os demais classificados, eles puderam se estabilizar enquanto profissional, e aí quando a gente entra, que você se estabiliza, que você tem aquela alegria, nossa, passei no concurso, estou empregada, é uma alegria que todo ser, eu acho que deveria passar, porque lhe faz humano, faz gente, trabalhador (SUA L., representante de base do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

É por meio dos movimentos sociais que as libertações dos indivíduos acontece: a libertação da alienação, a libertação da exclusão, a libertação da negação de direitos, e que a partir dessa consciência, cada uma será capazes de modificar sua realidade. E a educação sempre sendo um laço que une todas essas questões. É por meio dos movimentos sociais que a coletividade humana se expressa de maneira mais coletiva e solidária, configurando a comunhão dos homens em busca de um bem comum.

[...] às múltiplas manifestações de luta pelos direitos humanos, às manifestações de mobilização coletiva vindas dos excluídos e oprimidos: olhar os processos de humanização que se dão nos movimentos sociais e nas experiências e lutas democráticas pela emancipação (ARROYO, 2003, p. 29).

Segundo Arroyo (2003), na educação formal, as primeiras manifestações por direitos à educação básica tiveram início nos anos 1970 e 1980, duas décadas importantes para conquistar o direito à educação básica no país. A pressão através dos movimentos sociais possibilitou o acesso à escola e a participação de outras entidades sociais populares.

Assim, o fazer pedagógico, a educação popular como busca por direitos material e imaterial que geram indivíduos reflexivos e críticos que refletem o pensamento pedagógico progressista e democrático. “Os movimentos sociais têm sido educados não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência” (ARROYO, 2003, p. 32).

Nessa perspectiva, os movimentos sociais possuem o potencial de educar e conscientizar na busca de direitos. O sindicalismo docente também se expressa na história da educação como um coletivo em busca da organização e valorização da classe trabalhadora da educação, com as bases de direitos materiais e imateriais necessários à sobrevivência e à dignidade do trabalho, do fazer docente. Assim, diz um dos sindicalistas mais antigos do Sindicato de Crateús:

[...] uma coisa que o sindicato me ensinou também, foi que essa consciência do ser político mesmo, isso é às vezes até partidário, se for o caso, no caso de compreender que é através da política que se muda tudo, olha aí esse efeito que está sendo contado, é uma coisa que foi construída há tanto tempo, e que pode destruir um monte dos nossos direitos, e aí a gente não percebe a importância da política ter essa consciência do voto, de quanto é importante a gente votar na pessoa certa (SUA S, representante de base do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, *Ipsis Verbis*, 2024).

Desta forma, é possível observar como o Sindicato atua na formação da identidade política dos docentes, como alcança caráter de formação política, social e conscientização de direitos, permitindo ter estudo e formação política através dos movimentos sociais, em como os indivíduos se reconhecem através das lutas sindicais, e se tornam parte de sua identidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa foi possível conhecer de forma mais aprofundada a estruturação do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús, permitindo ainda observar como se organiza, quais são os princípios e bases teóricas a partir de Paulo Freire, além de ter ciência de como estes princípios são guias para a prática docente e identidade política através do estudo dos depoimentos de seus representantes, ao analisar como suas identidades políticas se formaram e quais as contribuições do movimento sindical para essa formação identitária, as agregações das lutas, a sua consciência política social e o caráter educacional que os movimentos sociais possuem como ferramenta de formativa de aprendizagem de direitos.

Por meio destes dados, é possível verificar que o Sindicato se estrutura da mesma forma da Educação que eles buscam alcançar: uma realidade educacional transformadora, sendo uma entidade baseada na democracia, na coletividade, atento às causas e as necessidades das escolas

municipais, além de apoiarem outros trabalhadores, como o Movimento Sem Terra.

Em 22 anos de existência muitas foram as lutas e conquistas do Sindprof de Crateús, as relações mais próximas com as escolas, por meio dos representantes de Base/Polo, conquista de empossamento de Concurso Público, espaço de Arte e Cultura, sendo capaz de proporcionar momentos de debates por meio de rodas de conversas, simpósios e Congressos, buscando sempre o reconhecimento e valorização da classe docente, bem como, lutar juntamente com outros movimentos populares.

Portanto, ao adentrar nos aspectos educacionais do município de Crateús, por meio do Sindicato dos Professores Municipais, é possível visualizar um panorama da educação no território da cidade, os aspectos que avançaram e os que ainda necessitam de mudanças, olhar o presente, aprendendo com o passado, para construir um novo futuro.

Tais questões influenciam diretamente que tipo de docente que se almeja ser e qual o objetivo da própria prática pedagógica, pois toda metodologia de ensino possui uma intenção. Ensinar é, também, um ato político. Por esta razão, não possui caráter neutro, dizendo muito sobre que tipo de escola e seres humanos professores desejam ajudar a formar, o que impactará diretamente no tipo de sociedade que se sucede.

O Sindicato dos Professores Municipais de Crateús é o baluarte que mantém a rede de ensino da cidade estruturada e atuante, não permitindo que seja negada, assegurando o acesso de qualidade de ensino a todos, buscando seu reconhecimento como profissionais de valor imensurável para a sociedade, bem como o reconhecimento da importância da figura do professor na formação de sujeitos que fazem parte da sociedade, pois tal ato significa se valorizar também como sujeito digno e cidadão que busca seus direitos inalienáveis, o de poder existir e viver de maneira íntegra.

A estrutura sindicalista representa a resistência da classe dos professores da rede de ensino municipal de Crateús, sendo uma referência cívica e profissional que ultrapassa o território crateuense e o tempo, pois mantém um legado forte, de constante lembrança.

Além de agir como agente formador político, social e docente, atua ainda como formador de seres humanos solidários, unidos para além de causas comuns. É inegável que, além da formação pedagógica política, os movimentos sociais possuem caráter de formação humanitária, levantam valores humanos, como: coletividade, união, respeito, dignidade, liberdade e fraternidade.

Para além do aprofundamento em identidades docentes, é também se aprofundar em histórias de vida, pois a identidade docente é feita de vivências. Em meio a lutas e conquistas, o Sindicato Municipal de Crateús segue sempre na luta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Danusa. A formação do movimento sindical docente cearense: a criação da Apeoc/ Sindicato e do Sindiune. *In: SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES*. 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009, p. 1-14
- APPLE, Michael. **A Luta pela democracia na educação: Lições de realidades sociais**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- ARROYO, Miguel. Pedagogias Em Movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 3, n. 01, p. 28-49, jan./jun. 2003.
- ARTINS, Aurilene Carvalho; SALES, Maria Ivane. **Resgate Histórico: De Piranhas a Crateús**. Fortaleza: Edição autoral, 1995.
- BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. CARTÓRIO Bezerra 1º ofício, Crateús, Ceará. **Estatuto do Sindicato dos Professores Municipais de Crateús**. 30 dez. 2002.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, dez. 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e território em disputa***. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-302, 2008.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um guia para iniciantes**. São Paulo: Editora Penso, 2009.
- FRANÇA, Adriana. **A colheita da luta: quatro janelas para os saberes construídos na atuação do sindicato dos professores de Crateús**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82934>. Acesso em 8 out. 2024.
- FRANÇA, Adriana. Aulas de rua: movimentos de intervenção social dos profissionais da educação de Crateús. *In: Academia de Letras de Crateús. **Crateús 100 anos***. 01. ed. Crateús: Academia de Letras de Crateús, 2011. cap. 3.4.1.
- FRANÇA, Adriana. Motivações de uma militante pesquisadora: sustentáculos da luta dos profissionais do magistério municipal de Crateús/CE. *In: FRANÇA, Adriana. **Crateús 100 anos***. ed.01. Crateús: Academia de Letras, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.a, 1973.

GIROUX, Hanry. **Os professores como Intelectuais**: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Editora Arimed, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 37. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

GOTTMANN, Jean. **O significado de território**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

GOUVEIA, Andreia; FERRAZ, Marcos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, [s. l.], n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Profissionais Da Educação: Visão Crítica e Perspectiva de Mudança. **Educação e Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 239-277, dez. 1999.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 4. ed. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 1848.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena História Crítica. 18. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

NÓVOA, António. **Desafios do trabalho professor no mundo contemporâneo**. São Paulo: Editora SinproSP, 2007.

PIMENTA, Selma. **Formação de professores**: Saberes da docência e identidade docente. São Paulo: Nuances, 1997.

RATZEL, Friedrich. **Geografia**. São Paulo: Áfica s/a, 1990.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o Território**. Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-13, 15 mar. 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo USP: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XX. 9. ed. São Paulo: Editora Record, 2006.

SILVA, Tomaz. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995. cap. Parte I: Conceitos, p. 77-113.